

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA: UMA INOVAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NA ZONA COSTEIRA CATARINENSE?¹

Suzana Maria Pozzer da Silveira²

Resumo:

Face às mudanças que atingem as sociedades contemporâneas, num cenário de crise socioecológica, globalização assimétrica e *desterritorialização*, nas últimas duas décadas, a pesquisa interdisciplinar tem detectado o surgimento de dinâmicas exitosas de *reterritorialização*. Elas exprimem um processo inovador de organização coletiva em rede, que muitas vezes parecem convergir com os princípios básicos do enfoque de *desenvolvimento territorial sustentável* (DTS). Neste sentido, em nosso País, vêm se destacando as experiências obtidas com a formação de redes de *agroecologia* e de *economia solidária*, além de *sistemas produtivos localizados* (SPL) e *agrovilas*. Além de impulsionarem a formação de novas sociabilidades, essas *inovações sociotécnicas* estão associadas a processos de *inclusão social*, de *internalização da lógica da reciprocidade* e de construção da *cidadania ambiental*. No entanto, as evidências disponíveis indicam que elas permanecem ainda embrionárias, fragmentadas e sem sintonia com as exigências de construção de dinâmicas de desenvolvimento, ao mesmo tempo *territorializadas* e ecologicamente viáveis. Com base nesse cenário, o texto oferece uma análise do padrão de atuação da *Rede Ecovida de Agroecologia*, no contexto específico da Zona Costeira Catarinense. O enfoque analítico foi baseado na *metodologia de análise de redes sociais* (ARS) aplicada à *avaliação prospectiva de estratégias de DTS*.

Palavras-chave: Redes de agroecologia. Gestão em rede. Metodologia de Análise de Redes Sociais. Desenvolvimento Territorial Sustentável. Reterritorialização.

¹ Este artigo foi apresentado oralmente no VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados - os SIAL face às oportunidades e aos desafios do novo contexto global em maio de 2013, na cidade de Florianópolis, SC, Brasil. Ele constitui uma síntese da tese de doutorado da autora, defendida em março de 2013, intitulada: Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia, no período de 2002 a 2012, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.

² Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Professora do departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: sumapozzer@gmail.com



Introdução

As mudanças macroestruturais, advindas com as novas tecnologias, com o pós-fordismo e com a constituição de uma sociedade em rede, contribuíram para a intensificação dos processos de desterritorialização e reterritorialização nas sociedades contemporâneas (HAESBAERT, 2007; CASTELLS, 2009). As principais demandas no fortalecimento dos processos de reterritorialização têm origem na esfera da sociedade civil, mediante atuação dos movimentos sociais, das ONGs, das marchas/protestos, dos Fóruns de Agenda 21, entre outros (VIEIRA, 2001; SCHERER-WARREN, 2012). Em geral, as ações efetuadas por esses atores privilegiam a lógica da reciprocidade, como pode ser constatada nas diversas experiências de economia solidária, de formação de redes de agricultores familiares e de algumas cooperativas (SABOURIN, 2012). Não obstante, há uma forte tendência em prevalecer a lógica da troca (instrumental), sendo visível a tensão entre, manter-se fiel aos propósitos do grupo, em termos de fortalecer uma identidade de projeto, ou priorizar o fortalecimento individual (CASSARINO, 2009; BRANDENBURG, 2002).

A fim de melhor compreender essas inovações que emergem nas sociedades complexas, cada vez mais vem sendo conferido importância à análise relacional, ou ao nível meso de análise. Trata-se de uma perspectiva que tem por foco as relações sociais e não os atributos dos indivíduos ou as estruturas sociais em que estão inseridos. Nesse sentido, o conceito de redes e a metodologia de análise de redes sociais têm sido privilegiados, pois tem por base as conexões sociais (PORTUGAL, 2005; BARABÁSI, 2009; ADULIS, 2011).

Considerando os aspectos mencionados, o presente trabalho tem por referência a Rede Ecovida de Agroecologia, a qual vem constituindo-se como uma alternativa de inserção social aos agricultores do Sul do Brasil. Em relação aos Estados dessa região, o recorte da pesquisa privilegiou o Estado de Santa Catarina devido a forte presença da agricultura familiar, o que confere um significativo potencial para as experiências de agroecologia em rede.

Face ao exposto, afora essa introdução e as considerações finais, a primeira parte do trabalho discorre sobre as principais características da Rede Ecovida de Agroecologia, com ênfase na Zona Costeira, em especial no Núcleo Litoral

Catarinense. Na segunda parte, é exposto o enfoque teórico utilizado nessa pesquisa, tendo destaque o conceito de rede, em suas acepções analítica e normativa. Assim como, a metodologia de análise de redes sociais (ARS), suas principais métricas e as tipologias de redes (sociocêntrica e egocêntrica). Na terceira parte, são apresentados os resultados da pesquisa, os quais compreendem a estrutura da rede (dimensão descritiva), sua dinâmica (dimensão explicativa) e suas potencialidades e desafios para o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável - DTS (dimensão prospectiva).

1 A Rede Ecovida de Agroecologia na zona costeira catarinense

O lançamento oficial da Rede Ecovida de Agroecologia ocorreu no dia 28 de abril de 1999, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A Rede surge no Sul do Brasil sendo resultado de processos históricos, em especial de organizações da sociedade civil que lutavam por uma alternativa ao modelo da modernização agrícola ou revolução verde. Somado a isso, um fator preponderante, nesse processo, foi a busca de um novo tipo de certificação, participativa, endógena, de modo a fortalecer um caminho próprio, evitando conduzir-se apenas pela ótica do mercado (SANTOS, 2005). A fim de consolidar ainda mais essas inovações, foi criado em 2006 o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia (ROVER, 2011).

Atualmente, a Rede Ecovida abrange os três Estados da Região Sul (Rio Grande do Sul - RS, Santa Catarina - SC e Paraná - PR) e parte da região sul de São Paulo. Está composta por 23 núcleos e dois pré-núcleos, tendo uma média de três mil famílias filiadas (ECOVIDA, 2012).

Além da dimensão ecológica, a Rede Ecovida trabalha as dimensões sociopolíticas, culturais e econômicas. Em termos sociopolíticos, requer o apoio dos movimentos sociais e das demais organizações, principalmente do campo da sociedade civil, pois é necessário somar forças, a fim de fortalecer os propósitos da rede. Dessa forma, através de uma nova compreensão da natureza, da construção de uma nova sociabilidade, da consideração do saber popular, do acúmulo de experiências, é que se constitui a sua Identidade de Projeto. Nesse sentido, pode-se colocar que a Rede Ecovida, ao considerar todos esses aspectos, confere à agroecologia uma dimensão estratégica na construção de novas modalidades de

desenvolvimento (ECOVIDA, 2007).

Devido o fato de apresentar certas especificidades que o diferenciam de outras regiões rurais do Estado de Santa Catarina e inclusive do país (Brasil), a Zona Costeira Catarinense vem sendo considerada um local propício para a dinamização dessas inovações (redes de agroecologia). Entre as principais particularidades dessa região, pode-se destacar: a sua posição estratégica, que desde o início da colonização conecta o espaço interno (interior do Estado) ao externo (ao resto do país e de outros países, seja pelas rodovias/ferrovias e espaço marítimo), o alto poder aquisitivo das populações, o que facilita a comercialização dos produtos agroecológicos, a boa infraestrutura, a proximidade à sede do governo do Estado, à Universidades, Institutos Federais, etc. Além disso, a diversificação das atividades econômicas e dos sistemas produtivos locais contribui para a forte presença da pluriatividade e da multifuncionalidade nessa região.

A construção da BR 101, em 1970, foi um marco, pois contribuiu para alavancar a forte urbanização na Zona Costeira. Desse período em diante iniciam os primeiros indícios de uma crise socioambiental nessa região devido à ocupação intensa desses espaços, em especial das terras devolutas que eram utilizadas por agricultores familiares. O resultado tem sido a degradação dos recursos naturais de uso comum e a desestruturação das comunidades, tendo muitos agricultores e pescadores passado a buscar outras fontes de renda, em geral, em subempregos nas cidades do entorno. Contrastando com essa dinâmica de desenvolvimento que contribui para acirrar os conflitos ambientais e sociais, há o surgimento de uma dinâmica que vem valorizando o patrimônio cultural, paisagístico e social dessa região (CERDAN et al, 2011).

Nesse contexto, as redes de agroecologia constituem uma estratégia importante, pois valorizam as experiências dos agricultores, das comunidades, as conexões (internas/externas à rede), contribuindo para uma maior harmonia dos ecossistemas (MARTINS, 2009). Além disso, têm potencial para integrar outras atividades à agricultura, tais como: a pesca, o artesanato e o turismo de base comunitária. Desse modo, tendem a ser um estímulo para a revitalização das atividades tradicionais, favorecendo a permanência das famílias no meio rural, fortalecendo as comunidades, além de contribuírem para a preservação dos recursos naturais.

No entanto, em relação à Rede Ecovida de Agroecologia, o que se verifica é uma significativa dificuldade na sua difusão e consolidação, pois tem se limitado a pequenos grupos. A evidência desse fato corroborou para a constituição da principal questão dessa pesquisa, qual seja, de entender *Por que a Rede Ecovida de Agroecologia vem tendo dificuldade em se consolidar e se difundir na Zona Costeira Catarinense?* A fim de respondê-la, a análise deteve-se na atuação da rede nessa região, tendo por lócus de partida o Núcleo Litoral Catarinense.

1.1 O núcleo litoral catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia

Antes de 2001, a Rede Ecovida de Agroecologia ainda não estava organizada em núcleos regionais, tendo desse período em diante se estruturado dessa forma, devido ao crescimento da rede e das novas demandas, tais como: o marco regulatório da produção orgânica.

Em relação à formação do Núcleo Litoral Catarinense, um dos principais atores que viabilizou essa proposta foi a ONG CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo), a qual tem uma longa história de atuação no campo do desenvolvimento rural catarinense. Considerando esses aspectos, pode-se destacar em relação aos quatorze grupos que integram o referido Núcleo duas situações emblemáticas, sendo uma na parte norte da Zona Costeira, em Joinville, e outra no Centro-Sul, em Paulo Lopes.

O grupo de Joinville (GPC) tem apoio do poder público, através da Fundação Municipal 25 de Julho, o que facilita as parcerias com outras atividades que vem sendo desenvolvidas no município, tais como: o turismo rural, as agroindústrias artesanais e a fitoterapia. Em função disso, em 2011 foram agregados novos nós à rede, os quais trabalham com ervas medicinais (fitoterápicos). No entanto, embora o grupo tenha forte apoio das instituições locais, ainda está limitado a seis agricultores consolidados, número que para o município de Joinville é praticamente inexpressivo. Para agravar a situação, a maioria dos filhos desses agricultores não pretende dar continuidade a essas atividades. Não obstante, diferente dessas experiências, chama atenção o fato de que o turismo rural vem crescendo no município, sendo uma alternativa de renda para muitos agricultores, além de despertar o interesse da juventude em participar dessas atividades.

No município de Paulo Lopes, a situação é um pouco diferente de Joinville, R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.10, n.2, p. 181-213, Jul./Dez. 2013

pois o grupo (GPL) não tem apoio do poder público municipal, sendo que boa parte dos seus integrantes vem tendo dificuldade em se consolidar, embora seja o grupo mais antigo da Zona Costeira Catarinense. Além disso, tal como em Joinville, não há uma significativa ampliação do grupo, e, embora, novos nós tenham se inserido, em especial ligados à produção de leite orgânico, muitos dos nós mais antigos deixaram o grupo, ou estão deixando. Os nós que entraram recentemente no grupo parecem estar indiferentes em termos de permanecer ou não na rede, havendo apenas seis agricultores consolidados.

Em face desse contexto, além da questão norteadora referida, a pesquisa buscou responder os seguintes questionamentos, conforme quadro 1.

| | |
|----------------------------|--|
| Questão Descritiva | Quais impactos as novas organizações com perfis similares à Rede Ecovida, tais como Fórum de Agenda 21, MST, ONGs, entidades diversas, inseridas da década de 1990 em diante na zona costeira, causaram no GPL e no GPC em termos de ampliar e fortalecer os seus laços? |
| Questão Explicativa | Por que as conexões entre os nós, internas e externas aos grupos (GPL e GPC), pouco vem contribuindo para a sua consolidação e difusão territorial? |
| Questão Prospectiva | Quais as potencialidades e desafios da agroecologia em rede no fortalecimento de novas dinâmicas territoriais, tal como pressupõe o conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS)? |

Quadro 1 – Questões: descritiva, explicativa e prospectiva.

Fonte: autora

A fim de elucidar essas questões, a pesquisa mobilizou os conceitos de rede, de gestão em rede, de análise de redes sociais e de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), destacando suas implicações analíticas e normativas, os quais são apresentados na sequência.

2 O conceito de rede

Em suas diferentes acepções (conceitual, metodológica, operacional/metafórica), o termo rede se refere a relações, tendo por foco central as conexões entre determinados nós, os quais podem ser pessoas, países, escolas, indústrias, etc. Ou seja, “é um conjunto de atores (ou pontos, nodos, agentes) entre os quais existem vínculos (ou relações)” (HANNEMAN, 2002, p. 03). Embora as raízes desse conceito estejam na sociologia e na antropologia, em especial com a Sociometria de Moreno e com a Antropologia Britânica, as redes sempre existiram e foram fundamentais para a própria sobrevivência da espécie humana. Isso porque estar inserido em uma rede propiciava uma diversidade de

estratégias de coexistência, contribuindo para maior adaptação a riscos e oportunidades (CHRISTAKIS; FOWLER, 2010; SANTOS, 1996).

Em fins do século XIX, início do XX, começou a surgir, principalmente no campo da matemática, as teorias das redes, em especial nos trabalhos de Æuler com o teorema dos grafos (RECUERO, 2005). Posteriormente, na área da Sociologia, na década de 1970, a teoria dos grafos passou a ser a base para o estudo das redes sociais, integrando a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS) ou Análise Estrutural. Enquanto no campo das ciências exatas o conceito de rede compreende um sofisticado construto matemático, de grande capacidade analítica, nas ciências sociais vem sendo utilizado de maneira ampla e diversificada, como metáfora, instrumento de pesquisa ou teoria. Além disso, não há uma única teoria sobre redes sociais, mas diversas abordagens teóricas que apresentam proposições, conceitos e diferentes perspectivas (PASSADOR et al., 2005).

Embora haja a polissemia do conceito, faz-se necessário existir determinadas condições para que uma estrutura reticular seja denominada de rede social, pois nem todo tipo de conexão entre os atores pode ser designada enquanto tal (WILSON-GRAU; GARCIA, 2007). Dessa forma, esse tipo de rede existe, de fato, quando seus integrantes se conectam horizontalmente, não sendo adequada para representar organizações centralizadas, com poucas conexões entre os atores. Ou seja, redes sociais são estruturas distribuídas, podendo ser demonstradas segundo as estruturas gráficas abaixo, as quais configuram uma rede centralizada, uma rede descentralizada, e uma rede distribuída.

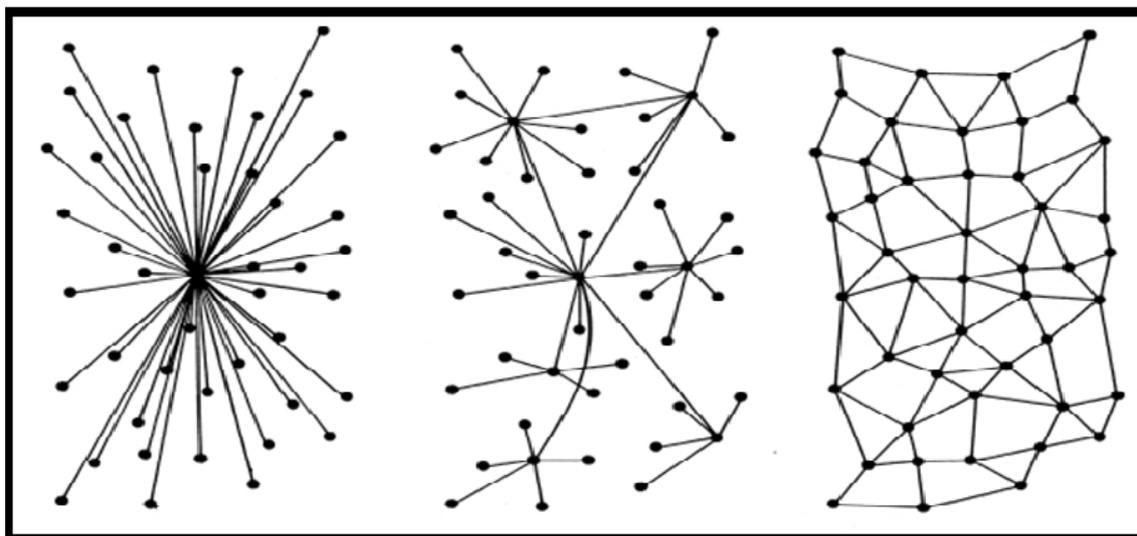


Figura 1 – Rede centralizada, descentralizada e distribuída.

Fonte: Franco, 2011

A rede centralizada é vulnerável, pois a destruição de um único nó pode desestruturá-la, sendo que a rede descentralizada está mais vulnerável à desestruturação do que a rede distribuída, pois nesta, mesmo que alguns nós sejam derrubados, existem conexões alternativas entre os demais nós. Esse último tipo de rede, foi proposto por Paul Baran na década de 1960, pois ao pensar um sistema de comunicação que sobrevivesse a um ataque nuclear, imaginou uma estrutura em que, mesmo tendo sido destruído alguns nós, as conexões permaneceriam por vias alternativas.

Em função de suas características, as redes distribuídas favorecem o fluxo de informações e, em consequência, a maior interação entre os nós. Com isso há espaço para o surgimento de um processo consensual que vai sendo tecido, independente dos facilitadores ou mediadores. Nessas redes, a comunicação é essencial, pois dela dependem “as possibilidades de coordenação das interdependências e também a continuidade da mobilização dos participantes” (FLEURY, 2002, p. 06).

Em relação aos principais nós da rede social, pode-se diferenciar os *hubs*, os inovadores e os *netweavers*. Os *hubs* são os nós da rede mais conectados, que podem ser acessados com maior facilidade, e, por isso, tendem a contribuir mais para o trabalho da rede. Os inovadores, mesmo tendo uma posição periférica na rede, têm a capacidade de proposição, de emissão de mensagens que contribuem para a mudança de comportamento na rede. Os *netweavers* atuam como

animadores, como articuladores, sendo essenciais para a organização em rede, para articular os elos entre si e não apenas a um nodo central (coordenador). Os fatores que dificultam o *netweaving* na rede são: a construção de redes de entidades, instituições, ao invés de pessoas, a monopolização da liderança e a organização de reuniões, a fim de decidir o que os outros devem fazer, desconsiderando a participação e integração de todos os nós (FRANCO, 2008).

Como a rede nasce do apoio, do compartilhamento de projetos existentes em determinado grupo, é a interação e a participação de seus membros, ou seja, o *'networking'* que constitui a rede. No entanto, o *networking* não se restringe a troca de informações, mas pressupõe a interação mútua, o diálogo, enfim o empenho em fortalecer as interações por parte dos integrantes da rede, pois é através disso que emerge condições propícias para a cooperação e a sinergia. Se não existir *networking* e um objetivo comum, a rede será uma estrutura sem conteúdo, tendo pouco significado para os seus componentes (ADULIS, 2011).

2.1 A gestão e dinamização das redes sociais

Várias questões podem ser colocadas em relação à energia empregada para a dinamização e à gestão das redes sociais. Isso porque uma rede não é uma entidade, uma associação, e sim um espaço de troca e construção coletiva, onde se recebe e se emite informações, ideias, apoio, incentivo. Mesmo existindo atores que sinalizam prioridades, não existe um centro de controle e comando, sendo que a rede só funciona enquanto rede se todos os seus elos se engajarem nesse processo. É o seu dinamismo que a move, por isso a importância da comunicação na articulação da rede, principalmente para poder atuar no espaço público, na disputa de encaminhamentos, de projetos, de políticas públicas, sendo a fragmentação um dos seus principais desafios. A fim de evitar esse problema, é importante a existência de uma estrutura mínima de coordenação. Assim como, a vigência de um *modus operandi*, em que a rede não seja um peso para o seu membro, mas um local em que possa socializar seu trabalho, experiências, e que contribua para sua autonomia e empoderamento (PRAZERES, 2004).

Dessa forma, a fim de pensar a gestão da rede, de modo a melhorar sua *performance*, faz-se necessário uma visão ampliada da sua estrutura e

funcionamento, não se limitando aos aspectos positivos. Também devem ser considerados os aspectos negativos, as dificuldades, de modo a poder compreender sua dinâmica. Para isso, é fundamental a descrição dos indicadores da rede como nós, vínculos, centralidade, fluxos, densidade, mas, também, entender as forças em tensão, os custos, as competências, enfim a complexidade da rede.

As forças em tensão existentes na rede podem gerar custos ocultos, principalmente, quando se efetivam acordos em que não há uma probabilidade certa de que serão efetivados. Nesse caso, são investidos energia na troca de informações, negociações, monitoramento, sem ter um retorno garantido. As principais tensões que dificultam a gestão da rede podem ser elencadas conforme o quadro 2.

| | |
|--|---|
| Manter a rede ou dedicar-se aos objetivos específicos. | Tensão entre investir energia no interesse particular ou na rede, em termos de conhecer os demais nós, auxiliá-los, fortalecer os vínculos de confiança e o trabalho em conjunto. No entanto, para o bom funcionamento da rede não se trata de eleger um ou outro, mas de equilibrá-los, de forma que possam coexistir paralelamente. |
| Abrir a rede a novos membros ou mantê-la fechada. | A entrada de novos membros na rede pode desestabilizá-la, em função das diferenças que podem existir, dos novos membros não conhecerem a estrutura da rede etc. |
| Distribuir ou concentrar o poder. | Embora se pressuponha que as redes sejam horizontais, não há uma equitativa cota de poder entre os atores, o que contribui para gerar tensões. Muitos atores atuam com certa superioridade em relação aos demais, em função das experiências, informações, contatos, vínculos etc. |
| Se limitar aos iguais ou incluir a diversidade. | É comum que a diversidade seja geradora de assimetrias, a fim de evitar essa tensão é importante que a rede incorpore o conceito de subsidiariedade em que cada membro contribuirá com suas experiências e possibilidades. |
| Trabalho coletivo ou individual (cooperativo e/ou competitivo). | Refere-se ao “dilema” entre manter-se restrito aos interesses próprios e/ou contribuir para os objetivos estratégicos da rede. |
| Contato presencial ou à distância (internet, telefone, fax). | Com as novas tecnologias informacionais as redes tem se utilizado dessas ferramentas para facilitar a interação entre seus membros. No entanto, o mais importante são as relações de confiança, sendo fundamental o trabalho de modo presencial. |
| Estabelecer normas e pautas ou deixar que cada um se organize. | Em geral devem ser estabelecidas com o conjunto da rede, de forma clara a fim de que todos entendam e, a partir disso, possam incorporar inovações, mas sem alterar os acordos básicos. |

Quadro 2 - Principais tensões existentes nas redes.

Fonte: Adaptado de Berger, Jones e Browne, 2008

Dessa forma, a fim de fortalecer a gestão da rede, é preciso desmistificar a ideia de que as redes são em si colaborativas, pois a colaboração é decorrente da dinâmica da rede em favorecer a interação. Ou seja, pode ser compreendida como sendo resultante da atuação conjunta dos nós com vistas a alcançar objetivos comuns.

2.2 A metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS)

Não obstante a sua importância, a metodologia de análise de redes sociais é relativamente recente, tendo origem nos anos cinquenta com a Sociometria de Moreno e com a Antropologia Britânica (NÚÑEZ-ESPINOZA, 2011). Segundo Scott (1998 apud MINELLA, 1999, p. 02): “a análise de rede social descreve agentes – individuais ou coletivos – como inseridos em uma teia de conexões, e a tarefa dos sociólogos é descrever e explicar o padrão existente nessas conexões.” Ou seja, a ARS visa entender a dinâmica dos nós através da descrição formal da estrutura social. Para tal, faz uso de técnicas, métodos e *software* específico para análise dos dados, tais como o *Ucinet 6*, *software* mais utilizado nesse âmbito.

Os indicadores de redes ou métricas, como o nome já diz, servem para medir as relações tecidas na rede, tais como: a posição de cada ator em relação aos demais, em termos de quantas conexões chegam e partem dos nós, qual a distância em relação aos demais nós, se é ou não um nó intermediário, entre outros. Um dos indicadores importantes da ARS é a centralidade, pois reflete a influência dos atores na rede. Outro indicador muito significativo é a densidade, a qual se refere à razão entre as relações existentes e as relações possíveis em determinada rede. Alta densidade indica coesão/similaridade de opiniões, ponto de vista, enquanto a baixa densidade está associada à diversidade e ao acesso a recursos escassos.

Em relação aos tipos de redes, pode-se colocar que, enquanto as redes totais (sociocêntricas) contemplam todas as relações possíveis entre os atores, as redes pessoais (egocêntricas) se limitam às relações de um indivíduo (ego) com outros (*alters*). Ou seja, a perspectiva sociocêntrica estuda as relações existentes em um grupo definido, enquanto a egocêntrica se volta para as relações que partem de um determinado ego (MOLINA, 2001). Embora hajam diversas particularidades existentes nas conexões entre os atores, de modo geral, destacam-se os laços

fortes e os laços fracos, os quais podem ser caracterizados sob diferentes perspectivas (GRANOVETTER, 1973).

Além da teoria da força dos laços, destacam-se a teoria dos buracos estruturais e a teoria da coordenação das relações. Conforme a primeira, um ator estará numa posição vantajosa ao conseguir conectar atores que não tem qualquer conexão entre si, ou seja, quando é intermediário entre os demais atores. Os buracos estruturais não existem nos grupos em que predomina os laços fortes, sendo mais comum nos grupos com densidade fraca (MOLINA, 2001). Segundo a teoria da coordenação das relações, são os diferentes tipos de conectividade que irão distinguir as redes dos aparelhos. Enquanto as redes são conexas, em que todos os atores se encontram numa posição dominante, os aparelhos são semi-fortemente conexas ou quase fortemente conexas, em que os atores estão em posição semidominante ou dominada. Diferente dos aparelhos, as redes visam o compartilhamento de recursos no seu ambiente interno, mas podem funcionar como aparelhos quando visam controlar recursos. Havendo a existência dessas duas possibilidades, verifica-se então a vigência de “quase-redes” ou “quase-aparelhos” (LEMIEUX; OUMET, 2008).

2.3 O conceito de rede como *modus operandi* na sociedade contemporânea

No final do século XX, com o surgimento do novo paradigma tecnológico, baseado na tecnologia da informação (microeletrônica, computação, telecomunicações, optoeletrônica), ocorreram mudanças significativas nas sociedades, podendo seu impacto ser comparado ao ocorrido com a Revolução Industrial no século XVIII. Mas, enquanto essa foi efetuada em lentas etapas, as novas tecnologias se expandem quase instantaneamente, conectando o mundo de forma inusitada, em especial da década de 1970 em diante. Com isso, as redes se multiplicaram estreitando distâncias e permitindo o surgimento da “aldeia global”, tendo por principal característica a “integração da diversidade” (CASTELLS, 2009).

Essas mudanças macroestruturais passaram a compreender processos de desterritorialização e reterritorialização, que impactam nas estruturas sociais, históricas e culturais das sociedades contemporâneas. Dessa forma, se nas sociedades modernas predominavam os “territórios-zona”, com áreas delimitadas, atualmente predominam os “territórios-rede”. Com base em Deleuze e Guattari

(1997), Haesbaert (2007) ressalta que o território pode se desterritorializar ou se reterritorializar. No primeiro caso, o território pode ser abandonado em função da desintegração das culturas, dos hábitos tradicionais, devido à “colonização” por outras formas de socialização. Ao contrário, a reterritorialização refere-se à construção do território, à valorização de suas especificidades, mas não no sentido de retorno à antiga territorialidade, pois se trata de um espaço aberto, móvel e dinâmico.

Nesse contexto, ao invés da rigidez e da burocracia, aumentam a flexibilidade, a comunicação e a interação social, propiciando um novo tipo de economia, interdependente, informacional, baseada no conhecimento e estruturada em redes. O diferencial passa a ser a sua capacidade de funcionamento em tempo real e em escala planetária, através de circuitos eletrônicos, sendo as inovações tecnológicas fundamentais para o crescimento da produtividade. Esse processo se acentuou a partir da década de 1990, sendo também o resultado da interação entre mercados, governos e instituições financeiras (DOWBOR, 2010). Essas mudanças passam a caracterizar as sociedades pós-fordistas, em que ocorre uma nova forma de organização, tanto das empresas, quanto da vida social, por meio de um regime de acumulação inteiramente novo, baseado na flexibilidade. Diferente da rigidez do Fordismo, apoia-se na flexibilidade do trabalho, do consumo, fazendo uso das novas tecnologias e dos novos processos de trabalho (temporário, parcial, subcontratado). Essa flexibilidade, mobilização de capital e de trabalho não significam uma desorganização do sistema capitalista, mas a sua reorganização em novas bases.

Se, por um lado, a desterritorialização contribui para ampliar dinâmicas hegemônicas, exógenas, por outro, em função da importância conferida à sustentabilidade, a reterritorialização vem tendo cada vez mais espaço. Isso porque o desenvolvimento endógeno, participativo e territorial vem sendo priorizado pelas políticas públicas. Não obstante, na ótica do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável (DTS) a abordagem territorial apresenta certos limites, pois

(1) considera os aspectos culturais, históricos e sociais apenas como ‘recursos’ ou ‘capitais’, visando impulsionar o desenvolvimento; (2) exclui do debate a falência dos modelos tradicionais do desenvolvimento e suas consequências sobre a crise socioambiental atual; (3) desconsidera os aspectos políticos no nível micro e no nível macro, referente às assimetrias Norte-Sul; e (4) confunde desenvolvimento com o

fortalecimento da economia centrada no mercado (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2003, p. 204).

Na perspectiva do DTS, faz-se necessário priorizar e estimular ações que contribuam para a reversão do estilo de desenvolvimento dominante, o qual é intrinsecamente insustentável (VIEIRA PF, 2007).

2.4 A organização dos agricultores em rede: uma inovação estratégica para fomentar o DTS

Segundo Scherer-Warren (2012), as conexões em rede são importantes para o entendimento dos movimentos sociais contemporâneos, assim como das organizações da sociedade civil. A participação, nestas redes, possibilita maior empoderamento, pois propicia que os indivíduos se tornem sujeitos de seus destinos pessoais, transformando-se em atores políticos. As redes também favorecem a conexão com outras redes, em diferentes escalas, daí o *slogan* “agir local e pensar global”, pois o alcance das reivindicações transcende as tradicionais fronteiras das nações.

No meio rural, as redes oriundas do campo da sociedade civil visam fortalecer as iniciativas locais, através da troca de saberes, da conexão com outras comunidades e coletivos sociais. É nesse âmbito que se encontram os maiores índices de exclusão social, sendo fundamentais os processos de inclusão social com participação comunitária e o reconhecimento, em especial dos grupos mais vulneráveis. Daí a importância das redes para o meio rural, pois através de estruturas informais, distribuídas, torna-se mais acessível o contato com os segmentos sociais mais excluídos (NÚÑEZ-ESPINOZA, 2008).

No entanto, os desafios para o enraizamento e para a consolidação das novas modalidades de desenvolvimento rural expressas nas redes de agroecologia, de economia solidária, de agricultura familiar, entre outros, são significativos. Ainda persiste a falta de reconhecimento dessas inovações como alavancas para o desenvolvimento. Os incentivos concedidos são insignificantes, pois em geral são vistas como complementares ou como “guetizadas”, no sentido de servir como paliativo para inclusão social. Nesse contexto, segundo Almeida (2011), é importante que a proposta agroecológica se consolide enquanto um movimento social, não sendo uma mera ação contestadora e/ou restrita a sua identidade ou

espaços específicos.

Outro aspecto importante a observar, refere-se ao fato de que a transição agroecológica não tem nenhuma similaridade com a modernização verde ou com a economia verde, assim como, não se refere a uma vida mais saudável, ou a outra forma de produzir, de preservar o meio ambiente, de ofertar produtos limpos ou ecológicos em oposição àqueles que contêm agrotóxicos. Todas essas acepções reduzem as potencialidades da agroecologia, pois a sua base epistemológica compreende que há uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico. Dessa forma, além desses aspectos a agroecologia deve ser compreendida como “uma ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b, p. 07).

De modo geral, frente à pobreza, à degradação ambiental, à demanda por alimentos limpos, e incapacidade da modernização agrícola em responder a esses desafios, a agricultura orgânica/agroecológica vem sendo apontada como alternativa. Uma evidência é o crescimento, superior a 15% ao ano, dos mercados para esses produtos.

Somente na França, no período entre 1999 e 2009, o número de propriedades certificadas passou de 7 mil para 16,4 mil, e a área mais do que triplicou no mesmo período. A receita no mercado global de alimentos e bebidas orgânicas passou de US\$15 bilhões em 1999 para US\$51 bilhões em 2008 (FIBI/IFOAM, 2009, 2011 apud ZOLDAN; MIOR, 2012, p. 18).

Esse contexto é favorável à dinamização das redes de agroecologia, em especial no Estado de Santa Catarina, devido a forte presença da agricultura familiar e das pequenas propriedades rurais. Considerando esses aspectos e as mudanças nos hábitos dos consumidores, que buscam cada vez mais uma alimentação saudável, é fundamental que a agricultura catarinense invista na inovação e na sua capacidade de agir proativamente. Enquanto no passado era valorizado o faturamento em função do aumento da área cultivada, nesse novo contexto o que irá pesar é o aumento da produtividade, com diminuição de custos e logística eficiente. Dessa forma, a produção orgânica/agroecológica vem sendo considerada uma aposta e uma alternativa promissora para a agricultura catarinense (ALTMANN; MIOR; ZOLDAN, 2008).

3 Resultados da pesquisa

Em relação aos resultados da pesquisa, primeiramente será abordado a estrutura da rede em termos de trajetória, observando as suas principais características, desafios, de modo a verificar o que permaneceu e o que mudou no decorrer do seu desenvolvimento. Na análise da dinâmica da rede, foram considerados, para esse artigo, os seguintes componentes: *networking*, laços fortes e fracos, buracos estruturais e compartilhamento de informações. A metodologia de Análise de Redes Sociais foi utilizada para a compreensão desses indicadores. Posteriormente, a análise discorre sobre os desafios e potencialidades da rede à luz do enfoque de DTS.

3.1 Estrutura da Rede Ecovida de Agroecologia – GPL e GPC

De modo geral, ambos os grupos (GPL e GPC) compreendem as seguintes fases, com suas respectivas características, conforme quadro 3.

| Grupos | Características | 1. ^a Fase Organização dos grupos | 2. ^a Fase Desestruturação dos grupos | 3. ^a Fase Reestruturação dos grupos |
|---|----------------------------------|---|--|--|
| GPL Grupo de Paulo Lopes | Período | 2002 | 2004 - 2009 | 2010-2012 |
| | Integrantes | +/- 38 agricultores | +/- 17 agricultores | 12 agricultores |
| | Perfil | Diversos (agricultura, pecuária, outros) | Diversos – início da organização do subgrupo da pecuária de leite | Subgrupos da agricultura e da pecuária de leite |
| | Mediadores | Cepagro – técnico com perfil centralizador | Cepagro – mudança de técnico (perfil menos centralizador) | Cepagro – mudança de técnico (perfil descentralizado) |
| | Projetos | Caminhos da Natureza | Biofábricas, Laticínio Cooperativo (início dessa iniciativa) | Laticínio Cooperativo e Coopertabuleiro |
| | Famílias Certificadas | ----- | ----- | 6 famílias certificadas e 1 em processo de transição. |
| GPC Grupo | Período | 2004 | 2008-2009 | 2010-2012 |
| | Integrantes | +/- 24 agricultores | +/- 12 agricultores | 15 agricultores |
| | Perfil | Agricultores | Agricultores | Agricultores e fitoterápicos |
| | | Cepagro e Fundação 25 de | Fundação 25 de | Cepagro e Fundação 25 de Julho |

| | | | | |
|----------------------|------------------------------|--------------------------------|---|--|
| Pirai-Cubatão | Mediadores | Julho (perfil descentralizado) | Julho (apoio formal, ausência de liderança) | (perfil entre descentralizado e distribuído) |
| | Projetos | Fundação da Coopaville | ----- | FitoJoinville Turismo rural |
| | Famílias Certificadas | ----- | ----- | 5 famílias certificadas e 2 em processo de transição |

Quadro 3 – Principais fases do GPL e do GPC.

Fonte: autora

Embora os agricultores já tenham internalizado a noção do que seja uma rede, uns um pouco mais, outros menos, os grupos não vêm atuando enquanto rede (FRANCO, 2011; MARCON; MOINET, 2001). Ainda que o GPC atue de forma mais distribuída e próximo a uma estrutura reticular, a maioria dos seus integrantes não se considera integrando uma rede, pois sentem que o grupo não está conectado aos demais grupos da rede, nem mesmo da Zona Costeira Catarinense. Além disso, a tensão entre manter-se restrito aos interesses próprios, ou contribuir para os objetivos estratégicos da rede é comum entre os agricultores de ambos os grupos (BERGER; JONES; BROWNE, 2008). Parece não estar claro aos agricultores que a colaboração em rede propicia a obtenção de mais com menos custos (ADULIS, 2011). Ou seja, a não-conexidade é forte, pois há vários atores isolados, não apenas entre os grupos, mas internamente, em especial no GPL, podendo ser expressa na ilustração gráfica a seguir.

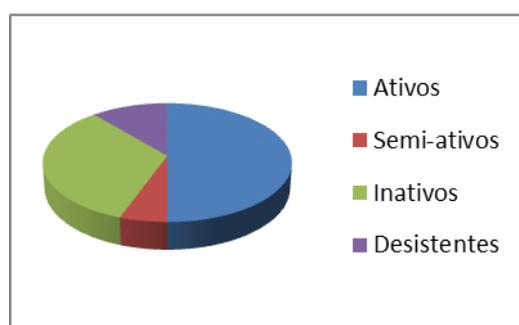


Gráfico 1 – Tipo de conexão no GPL.

Fonte: autora

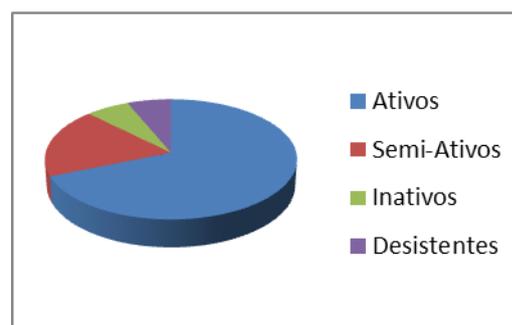


Gráfico 2 - Tipo de conexão no GPC.

Fonte: autora

Conforme os gráficos, verifica-se que no GPL apenas 50% dos agricultores se consideram ativos e semiativos, enquanto no GPC esse número abrange a quase totalidade dos agricultores, mais de 75%. Essa variação, em parte, decorre das especificidades dos grupos, pois, enquanto no GPC a principal motivação para os

agricultores participarem na rede é a qualidade de vida, no GPL é a inserção produtiva no mercado. Neste caso, a maior valorização da dimensão econômica se justifica em função dessa atividade ser a principal fonte de renda dos agricultores. Já para o GPC, a dimensão ambiental/ecológica tem mais peso que a econômica. Isso pode ser explicado pelo fato da maioria dos integrantes do GPC serem aposentados, sendo essa atividade um complemento. Além disso, possuem suporte técnico, por parte das instituições públicas locais, em especial da Fundação Municipal 25 de Julho, o que não corresponde à realidade do GPL. Afora à ONG Cepagro, esse grupo não tem nenhum auxílio e/ou incentivo por parte das instituições públicas de Paulo Lopes. Esses aspectos irão se refletir na estrutura gráfica da rede, apresentada na próxima seção, em que é nitidamente perceptível a maior proximidade do GPC a uma estrutura reticular distribuída.

Em relação à produção orgânica, pode-se destacar que ainda é incipiente em ambos os grupos. No caso de Paulo Lopes, o agricultor que possui maior produtividade, alega ter dificuldade em abastecer semanalmente a sua feira, tendo de buscar produtos em outros locais. Isso ocorre, segundo ele, porque “ninguém quer trabalhar com produto ecológico porque dá muito trabalho, preferem colocar veneno do que estar na enxada. Os jovens não querem nem saber da agricultura, você vai procurar um para trabalhar e não tem” (2PL). Enfim, fica evidente nessa e nas demais falas dos agricultores que as pessoas não querem se dedicar à agricultura. Para aqueles que estão dispostos a permanecer, a principal exigência refere-se à perspectiva de mais apoio governamental.

Referente à comercialização, no GPC a maioria dos agricultores comercializa seus produtos como sendo convencionais, enquanto no GPL toda a produção é comercializada como orgânica. Embora o GPC esteja estimulado e pretenda alavancar as vendas no município, vem sendo um desafio conscientizar os agricultores sobre a importância de comercializarem os produtos como orgânicos, a fim de valorizá-los. Outro diferencial entre os grupos é o fato de que nenhum dos agricultores consolidados do GPC cogita em deixar essa atividade, como é comum no GPL. Por uma razão ou por outra, o que se percebe é que os integrantes do GPL estão desmotivados, inclusive os considerados bem sucedidos, que fazem feira há anos (caso da família 1PL, 2PL e 13PL). Isso evidencia certa dificuldade em consolidar essas experiências, de modo a enraizá-las no local, a fim de tornarem-se

um exemplo e incentivo aos demais agricultores. Ambos os grupos ainda não conseguem se integrar ao circuito de comercialização da Rede Ecovida, devido à produção ser baixa, em função de uma série de fatores, tais como falta de incentivo e, principalmente, de mão de obra. Já as inovações seguem um mesmo perfil, endógenas e restritas à propriedade, não sendo desenvolvidas em conjunto, na rede, afora as experiências de turismo rural.

Como referido, um dos principais obstáculos ao êxito dessas iniciativas é devido a não existência de uma estrutura reticular distribuída, o que dificulta a atuação da rede enquanto rede. Inclusive esse modelo, se adotado, contribuiria para o fortalecimento da Identidade de Projeto da Rede Ecovida, pois requer autonomia, participação, envolvimento e maior interação entre os membros (FRANCO, 2011; CASTELLS, 2002). Em relação à Identidade de Projeto da Rede Ecovida, pode-se verificar que é pouco considerada, pois a maioria dos agricultores concebe a agroecologia como sendo um meio de evitar maiores danos à saúde, ao meio ambiente, de facilitar o aprendizado, o diálogo entre pessoas que tenham objetivos semelhantes. Ou seja, em ambos os grupos a agroecologia tende a se limitar ao meio ambiente, à alimentos saudáveis, ou ainda à nichos de mercado.

Outros fatores que contribuem para explicar a vigência dessas dificuldades referem-se ao aumento da demanda por produtos orgânicos, a necessidade de inserção nos mercados, a falta de recursos e de estrutura técnica adequada, as quais dificultam a manutenção dos ideais e princípios da agroecologia. No entanto, deve-se atentar para o fato de que essas inovações, ao não considerarem a dimensão sociopolítica, em termos de Identidade de Projeto, correm o risco de “debilitação de seu caráter transformador e contra-hegemônico” (CASSARINO, 2009, p. 06).

3.2 Dinâmica da Rede Ecovida de Agroecologia – GPL e GPC

Um dos indicadores que evidencia a frágil dinâmica da rede refere-se ao baixo *networking*, o qual não se restringe à troca de informações, mas pressupõe a interação, o diálogo, o empenho e cooperação entre os integrantes da rede. A não vigência desse indicador significa que a rede tem pouco significado para os seus componentes. No caso do GPL, a desmotivação por parte dos seus integrantes contribui para a inexistência de mais encontros e atividades conjuntas. Como há

pouca participação, interação entre os membros, ou seja, baixo *networking*, a sua estrutura se torna debilitada. Para consolidar-se enquanto rede, faz-se necessário ampliar as trocas de informações, as interações mútuas, o diálogo e o maior empenho em fortalecer essas dinâmicas (ADULIS, 2011). Uma prova que os encontros frequentes da rede propiciam maior integração e troca de informações é a visualização da estrutura gráfica do GPC, na parte sobre dados relacionais, se comparada ao GPL. Além de tornar a rede mais distribuída, com graus de conexões similares, os encontros contribuem para motivar os membros da rede, o que também se comprova para o caso do GPC, visto seus membros estarem mais motivados e envolvidos nesse processo.

Em relação à integração dos novos agricultores ligados ao subgrupo do laticínio no GPL, a agricultora 6PL compreende que a sua não participação/cooperação é decorrente do fato de que “ninguém coopera se ninguém tem razão de cooperar”. Ou seja, essas “pessoas ainda não estão produzindo orgânico, não estão vendo a ‘coisa’ acontecer, logo não tem razão para cooperar” (6PL). Novamente é valorizada a dimensão econômica como principal interesse para participar na rede. A vivência, o processo de aprendizado coletivo, de troca de informações é deixado em segundo plano e/ou desconsiderado. Com isso ratifica-se a tendência de que essas inovações parecem estar perdendo seu caráter alternativo, em termos de valorizar sua Identidade de Projeto (BRANDENBURG, 2002).

No GPC, além da reunião mensal, há contatos via telefone, e-mails, embora não existam encontros recreativos. Apenas o subgrupo dos fitoterápicos costuma fazer mais encontros, cursos com instrutores, viagens, o que favorece maior integração entre seus membros. Com a inserção dos fitoterápicos no GPC, passou a existir mais motivação e inclusive participação, segundo o agricultor 4PC, o que não pode ser verificado no GPL com a inserção dos novos nós. Isso porque ainda se encontram como “inativos” na rede, aguardando o funcionamento do laticínio para começarem a comercializar o seu produto (leite). Nesse caso, se evidencia a importância da rede apenas como um meio de inserção nos mercados, o que não deixa de ser positivo, porém limita o seu potencial para o DTS.

No GPL, as reuniões ocorrem apenas quando tem uma pauta específica, ou algum problema a ser resolvido. Embora existam contatos eventuais por e-mail, para

troca de produtos, entre outros, os encontros são ocasionais. De modo geral, a limitação dos encontros, as poucas conexões, a desconsideração da dimensão sociopolítica nesses processos contribui para certa apatia e desinteresse dos agricultores em se envolver mais na rede. Os agricultores mais antigos destacam que essa realidade foi bem diferente no início dos grupos, em especial do GPL, em que as oficinas sobre agroecologia propiciadas pela Rede Ecovida foram muito importantes para a formação e integração dos agricultores. Segundo a agricultora 4PL, essas oficinas foram um diferencial, possibilitaram a criação de uma amizade no grupo, tendo oportunidade de visitar grande parte dos agricultores agroecológicos de Santa Catarina, conhecer sua forma de trabalho e dinâmica de cada grupo. No caso do GPC, a maior frequência dos encontros ordinários, efetuados mensalmente, e extraordinários, em especial do subgrupo dos fitoterápicos, contribui para maior integração e motivação dos nós.

A falta de resultados concretos e de maior divulgação dessas atividades não favorece o potencial estratégico da rede nos municípios. No caso do GPL, além de não vir atuando como rede, parece não saber como viabilizar esse processo, o que fica explícito na recorrente demanda por lideranças. Além disso, percebe-se que não há uma consideração da dimensão sociopolítica por parte dos grupos, o que contribui para aproximar a Rede Ecovida a uma simples certificadora, tendo isso sido inclusive destacado pelos próprios agricultores. Nesse caso, ao invés de contribuir de forma estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável, essas experiências tendem a se restringir a pequenos grupos que se agregam à rede em busca de um selo a baixo custo, em geral, visando nichos de mercado.

Não obstante, em termos de reconhecimento público, se comparado ao GPL, o GPC tem um efeito externo³ um pouco maior e mais positivo devido à motivação, o empenho dos seus integrantes, e o ambiente institucional propício. Isso pode ser demonstrado no fato de que nenhum agricultor diz ter pensado em sair da rede, enquanto no GPL o desestímulo, a ideia de se afastar do grupo é recorrente. Segundo Wilson-Grau (2011), o efeito externo da rede é um indicador de seu êxito, o que se confirma nesse caso, considerando que o GPC tem uma melhor *performance*, em termos de estrutura reticular, o que pode ser confirmado nos sociogramas da rede na parte sobre dados relacionais que ora segue.

³ Reconhecimento público devido seu impacto na comunidade e nas instituições locais.

3.3 Redes Sociocêntricas

Na sequência, consta o modelo de questionário aplicado às redes sociocêntricas (informação, comunicação, animadores e reciprocidade), sendo nesse trabalho conferido ênfase à primeira rede.

| Núcleos da Rede Ecovida de Joinville (GPC) e de Paulo Lopes (GPL) | | | | |
|--|-----------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|
| Nome: | | | | |
| Localidade: | | | | |
| Favor responder o questionário abaixo, considerando as questões a seguir: | | | | |
| Questão 1 – Informação: A fim de obter informações referentes ao seu trabalho você contata com qual, ou quais das pessoas listadas abaixo, e em que frequência? 1 - Raro 2- Bimestral/Semestral 3- Quinzenal/mensal 4- Diária/semanal | | | | |
| Questão 2 – Comunicação: Com quais das pessoas você gostaria de se comunicar mais, a fim de melhorar a efetividade do seu trabalho? | | | | |
| Questão 3 – Netweavers: Das pessoas listadas, quem você considera como animador, articulador da rede? | | | | |
| Questão 4 – Reciprocidade: Com quais dessas pessoas você costuma trocar favores em termos de ajuda mútua? | | | | |
| | Questão 1 – Informação | Questão 2 – Comunicação | Questão 3 – Netweavers | Questão 4 – Reciprocidade |
| Agricultor 1 | | | | |
| Agricultor 2 | | | | |
| ----- | | | | |

Quadro 4 – Questionário: Redes Sociocêntricas.

Fonte: Adaptado de Guimarães e Melo, 2005

Questão 1 - Informação: A fim de obter informações referentes ao seu trabalho, você contata com qual, ou quais das pessoas listadas abaixo, e em que frequência?

Os fluxos de informações são fundamentais para criar gratificação e compromisso dos elos na rede. Dependem da intensidade (frequência/relevância dos intercâmbios) e da reciprocidade (cumprimento mútuo dos acordos, obrigações previstas, de valores). Quanto maior a troca de informações, mais a rede tende a ser dinâmica, colaborativa, mas para isso é preciso um sentido, um objetivo comum, que possa fazer diferença em termos de estímulo para participar na rede. Dessa forma, não se limita a ser somente uma reunião de pessoas, com propósitos vagos, esparsos ou específicos/pontuais (MARCON; MOINET, 2001).

No entanto, como é possível perceber na estrutura gráfica da rede⁴ (Cf. Gráfico 3), as trocas de informações entre os seus membros são muito baixas e limitadas a cada grupo.

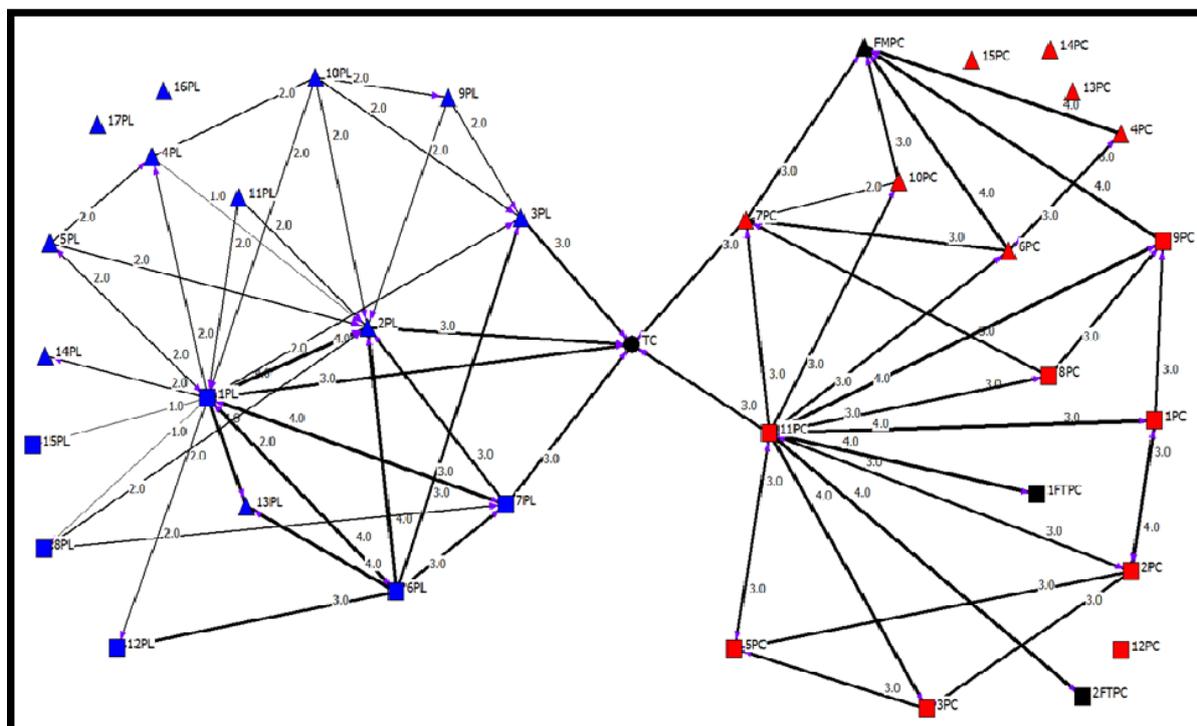


Gráfico 3 – Questão: Informação.

Fonte: Elaboração pela autora – software Ucinet 6

Não existe nenhum tipo de troca, de conexão entre os nós do GPC com os do GPL, nem por telefone, nem por e-mail, a exceção de algum encontro anual do Núcleo Litoral Catarinense em que todos os grupos participam. Entretanto, nenhum dos agricultores destacou esses encontros como sendo utilizados para trocar informações com esses atores, o que pressupõe que ocasionalmente podem ou não trocar algum contato, mas sem muita densidade em termos de firmar parcerias e ações em conjunto. Além disso, verifica-se a existência de um “buraco estrutural” entre os dois grupos (GPL/GPC), sendo o único elo ponte o técnico do Cepagro (TC). Segundo Burt (1992 apud MOLINA, 2001) os buracos estruturais não existem nos grupos em que predominam os laços fortes, sendo mais comuns nos grupos com densidade fraca, o que se justifica para esse caso tendo em vista a baixa densidade da rede.

⁴ A razão de alguns nós estarem desconectados no gráfico é decorrente de não terem sido encontrados para responder o questionário e/ou se indispostos a efetuar-lo.

No caso do GPL, há um núcleo com laços fortes (1PL, 2PL, 6PL, 7PL, 13PL e TC) que vem centralizando as informações, o que explica, em parte, o desestímulo da maioria dos nós, estando muitos desorientados, sem saber ao certo o que é a Rede Ecovida, o porquê da demora na viabilização do laticínio cooperativo, entre outros. Uma pergunta que poderia ser colocada é: por que esses nós e não outros, que razões implícitas estariam conferindo suporte a esses laços fortes? A resposta, considerando a posição desses atores na rede e os seus atributos⁵, seria por que detêm um maior capital social. Ou seja, maior capacidade relacional, podendo mobilizar sem intermediação os outros atores (STEINER, 2006).

Em termos de conexões, pode-se colocar que, de modo geral, no GPC existem mais laços fortes do que laços fracos, e no GPL ao contrário, com exceção do referido núcleo de nós. Outro aspecto evidenciado no gráfico 3 e que corrobora as evidências levantadas pelas entrevistas, de que no GPC há alternância de lideranças, é o maior grau de distribuição da rede. Ou seja, os laços são, em geral, de frequência semelhante, o que favorece o surgimento de novas lideranças. No caso do GPL, a estrutura da rede está mais centralizada em alguns nós, os quais foram recorrentemente mencionados como centrais nas entrevistas.

Face ao exposto, pode-se confirmar a hipótese de que os grupos (GPL e GPC) não vêm atuando em rede, existindo um buraco estrutural entre ambos, tendo por nó ponte o técnico do Cepagro. Em termos de comparação, pode-se dizer que o GPC apresenta uma estrutura um pouco mais distribuída, mais propícia para o surgimento de novas lideranças, sendo um dos seus reflexos a não existência de um coordenador formal.

3.4 Redes egocêntricas

Além de possibilitar a visualização dos laços externos, as redes egocêntricas contribuem para verificar até que ponto os nós da rede fazem referência uns aos outros, em termos de ajuda, se participam ou não nas mesmas organizações, entidades, partidos políticos, etc. Enfim, esse tipo de rede traça um perfil externo do nó, o que não é possível verificar com a modalidade de rede sociocêntrica.

⁵ Nós com alta centralidade de grau (*indegree e/ou outdegree*) na rede.

Com base nos gráficos das redes egocêntricas,⁶ verifica-se um perfil fortemente endógeno da rede, comum aos dois grupos, o que dificulta a dinâmica desses processos em termos de inovação e de ampliação dessas experiências. Outro aspecto demonstrado pelos sociogramas, refere-se à inexistência de laços com outros atores territoriais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Fórum de Agenda 21, entre outros, que se estabeleceram na Zona Costeira a partir da década de 1990. Em geral, são organizações, entidades, mais progressistas, que se expressam como defensoras de novas modalidades de desenvolvimento, menos predatório ao meio ambiente, que poderiam incentivar, agregar apoio à rede, caso existisse alguma parceria.

3.5 Desafios e potencialidades da Rede Ecovida à luz do enfoque de DTS

Os principais desafios e potencialidades da rede (GPL e GPC), em termos de impacto na dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável, são sintetizadas no quadro 5.

| Dimensões do DTS | Desafios | Potencialidades |
|--------------------------------|---|--|
| Dimensão Sociopolítica | Formação de novas parcerias, internas e externas à rede, e revalorização da identidade de projeto da Rede Ecovida. | Fortalecimento das parcerias e construção de novos espaços coletivos. |
| Dimensão Socioecológica | Motivação, valorização dos produtos ecológicos e a importância de uma visão sistêmica da agroecologia. | Contribuição para mudanças de hábitos e para a valorização das especificidades territoriais. |
| Dimensão Sociocultural | Valorização da agroecologia e fortalecimento da Rede Ecovida, a fim de motivar os jovens a se inserirem nessas inovações. | Formação de redes de redes, envolvendo agroecologia, turismo rural e consumidores. |
| Dimensão Socioeconômica | Fortalecimento da pluriatividade e multifuncionalidade no meio rural. | Fortalecimento do turismo rural como complemento da agroecologia. |

Quadro 5: Desafios e potencialidades para o DTS.

Fonte: elaboração autora

Nesse cenário, em termos prospectivos, parecem existir três possibilidades para o futuro desses grupos, ou dessa rede na Zona Costeira Catarinense. A primeira é de continuar como estão, permanecendo, em geral, com essa média de

⁶ Não foi possível inserir os gráficos nesse artigo, em função do limite de espaço, mas podem ser consultados em SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer. **Redes de agroecologia**: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br>>.

agricultores, com pouco ou nenhum impacto nas dinâmicas territoriais vigentes na região. A segunda possibilidade é da expansão dos grupos, agregando mais nós, em função da crescente demanda por produtos orgânicos, sendo o principal objetivo a inserção nos mercados. Nesse caso, a agroecologia, como qualquer outra atividade, seria considerada um nicho de mercado, sendo a Rede Ecovida estratégica, pois além do prestígio, propicia selo a baixo custo. A terceira possibilidade refere-se à revalorização da Identidade de Projeto da Rede Ecovida, a fim de se fortalecer enquanto alternativa para um novo modelo de desenvolvimento rural. Todavia, não se trata de um simples retorno às raízes, ou ao passado, mas uma forma de manter a especificidade e o caráter transformador da agroecologia, evitando limitá-la a um nicho de mercado, ou a uma certificadora a baixo custo.

Considerações finais

Vem sendo consenso entre estudiosos do desenvolvimento rural que, a partir da década de 1990, houve um fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, incluindo a agroecologia. Esses avanços são decorrentes, principalmente, da organização e demanda da sociedade civil. Outro ponto consensual refere-se à relação rural-urbano, os quais passam a ser considerados como um *continuum* e não mais de forma setorializada. Nesse contexto, as regiões rurais próximas aos centros urbanos vêm sendo apontadas como locais mais propícios para a dinamização do meio rural, em contraste às áreas rurais isoladas onde, em geral, estão as menores rendas e a baixa qualificação da mão de obra (KAGEYAMA, 2008).

Em face desse panorama, pode-se colocar que os territórios rurais da Zona Costeira Catarinense apresentam condições favoráveis ao desenvolvimento rural e ao DTS, em função das suas características e especificidades. Considerando esses aspectos, a pesquisa procurou compreender o que poderia estar dificultando a difusão das inovações presentes nesse local, tais como: a organização dos agricultores em rede.

Em relação à dimensão descritiva, a pesquisa revelou que a maioria dos agricultores não efetua parcerias com os novos atores territoriais e, mesmo tendo um perfil similar, a rede não vem construindo com essa diversidade de organizações

(MST, Fórum de Agenda 21, Economia Solidária) pautas comuns, com um caráter mais universal. O que se percebe são ações fragmentadas, em que cada grupo trabalha por sua pauta, mas sem capacidade de integrá-las em prol da construção do território (RICCI, 2010).

A segunda questão dessa pesquisa procurou explicar por que as conexões entre os nós, internas e externas aos grupos (GPL e GPC), pouco vem contribuindo para a sua consolidação e difusão, em termos de enraizamento territorial. A primeira explicação, tendo por base os sociogramas das redes sociocêntricas, foi de que a rede não se configura enquanto tal, o que confirma a hipótese dessa pesquisa. Embora um dos grupos (GPC) apresente uma estrutura um pouco mais distribuída, as evidências indicam que ele não dispõe de nenhum contato com o GPL o que o aproxima do modelo de uma “quase rede”. No caso do GPL, pode-se concluir, em função das suas características e estrutura gráfica, que ele se aproxima de um “quase aparelho”, estando sempre os mesmos atores à frente dos processos de tomada de decisão (LEMIEUX; OUIMET, 2008).

Essas evidências comprovam o fato de que a Rede Ecovida de Agroecologia não se configura como uma rede distribuída, em que os nós estão ligados ponto a ponto, sem a existência de um centro coordenador (UGARTE, 2008). Além desses aspectos, outro fator que contribui para explicar a baixa densidade da rede e as suas frágeis conexões externas é a pouca consideração da dimensão sociopolítica nesses processos. De modo geral, a agroecologia não vem sendo considerada, em termos de Identidade de Projeto, de acordo com os pressupostos da Rede Ecovida, estando restrita à alimentos saudáveis, ao meio ambiente, à novos nichos de mercado, etc.

A fim de evitar essas contradições, é fundamental a autonomia, a participação e a emancipação social, de modo a favorecer a construção de sujeitos capazes de atuar enquanto um movimento social. Ou seja, pautados pela Identidade de Projeto, de forma a transcender os particularismos, contribuindo para a formação de “territórios construídos” ou novas territorialidades.

THE AGROECOLOGICAL NETWORK *ECOVIDA*: A STRATEGIC INNOVATION FOSTERING SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT IN THE COASTAL ZONE OF SANTA CATARINA STATE?

Abstract

Facing the challenges of the global ecological crisis and the urgent need to foster new strategies of rural sustainable development, this article provides a detailed analysis of one *agroecological network* operating in the coastal zone of Santa Catarina State – the so-called *Rede Ecovida de Agroecologia*. Drawing mainly on the *methodology for social network analysis*, the author argues that the general pattern of organization assumed by this network remains - until now - not suited to follow the operational demands and guidelines of the sustainable territorial development planning approach.

Keywords: Agroecological networks. Network management. Social networks analysis. Sustainable territorial development. Re-territorialization.

RED ECOVIDA DE AGROECOLOGÍA: UNA INNOVACIÓN ESTRATÉGICA PARA EL DESARROLLO TERRITORIAL SOSTENIBLE EN LA ZONA COSTERA DEL ESTADO DE SANTA CATARINA?

Resumen

En las últimas décadas la investigación interdisciplinar ha revelado la existencia de dinámicas originales de *re-territorialización* en un contexto de crisis socioecológica, globalización asimétrica y *desterritorialización*. En muchos casos, los agentes involucrados en esos procesos novedosos de organización colectiva en red movilizan discursivamente los principios básicos del enfoque de *desarrollo territorial sostenible*. En este sentido, las evidencias disponibles confirman que en nuestro País se están multiplicando, al lado de redes de agroecología y de economía solidaria, los sistemas productivos localizados y las pequeñas comunidades de agricultores. Además de impulsar la formación de nuevas sociabilidades, estas experiencias se vinculan a procesos de inclusión social, de valorización de la reciprocidad y de promoción de la ciudadanía ambiental. Permanecen aún, por regla general, embrionarias y fragmentadas. Bajo esas premisas, este artículo ofrece un análisis del perfil de organización y de intervención de la *Red Ecovida de Agroecología* en la zona costera del estado de Santa Catarina. La autora utiliza un enfoque analítico que combina la metodología de investigación de redes sociales y la evaluación prospectiva de dinámicas de *desarrollo territorial sostenible*.

Palabras-clave: Redes agroecológicas. Gestión en red. Metodología de análisis de redes sociales. Desarrollo territorial sostenible. Re-territorialización.

Referências

ADULIS, D. A profusão das redes: gestão e fomento na promoção do desenvolvimento. In: MARTINHO, C. et al. **Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade**. Barueri: Instituto C&A, 2011.

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, v. 24, n. 2, p. 499-520. 2011.

ALTMANN, R.; MIOR, L. C.; ZOLDAN, P. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015: percepção, de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais**. Epagri, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/sistema%20agroalim.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ANDION, C.; SERVA, M.; LÉVESQUE, B. O debate sobre economia plural e sua contribuição para os estudos das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Eisforia**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2003.

BARABÁSI, A.-L. **Linked: a nova ciência dos networks. Como tudo está conectado a tudo e o que isso significa para os negócios, relações sociais e ciências**. São Paulo: Leopard, 2009.

BERGER, G.; JONES, M.; BROWNE, M. **Relevamiento de Modelos de Colaboración entre Organizaciones Sociales**. 2008. Disponível em: <http://www.anong.org.uy/uploads/docs/Publicaciones%20de%20interes/Articulacion_organizaciones_sociales.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Alfio%20Brandenburg.pdf>. Acesso em 20 out. 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER- IICA, 2004b.

CASSARINO, J. P. **Dimensões iniciais necessárias à agroecologia como proposta transformadora para o desenvolvimento rural no Brasil**. 2009.

Disponível em:

<<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Julian%20Perez%20Cassarino.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo. Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CERDAN, C. et al. **Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina**. Documento de Trabajo , n. 87. 2011. Programa Dinámicas Territoriales Rurales Rimisp. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1378402235CerdanFreireVieiraPolicarpoetalDesenvolvimentoterritorialzonacosteiraSantaCatarina.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2011.

CHRISTAKIS, N. A.; FOWLER, J. **O poder das conexões: a importância do networking e como ele molda nossas vidas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ECOVIDA, Rede de agroecologia. Uma identidade que se constrói em rede. **Caderno de Formação**, n. 1, jul. 2007.

ECOVIDA, Rede de agroecologia. **Cultivando sonhos, dando eco à vida: Relatório do 8º Encontro Ampliado da Rede Ecovida**. Florianópolis, 28 a 30 maio 2012.

FLEURY, S. El desafío de la gestión de las redes de políticas. **Revista Instituciones y Desarrollo**, n. 12-13. 2002.

FRANCO, A. **Escola de redes: novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet, a política e o mundo globalizado**. Escola de Redes, 2008. Disponível em: <<http://api.ning.com/files/6SJugan6lgffpQeRE2n1v6OFnOKkr4jPhb1DPMkX4KAvegAAz7gmigfdqhQbnLdA8i1gFwrX0gexycQE3yr1jJujoaqElbw4/FrancoA Escoladeredes NovasVisoes.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

FRANCO, A. **Escola de redes**. Tudo que é sustentável tem o padrão de rede. Sustentabilidade empresarial e responsabilidade corporativa no século XXI. 2011. Disponível <<http://escoladeredes.net/group/transioorganizacional>>. Acesso em: 20 out. 2011.

GUIMARÃES, F. J. Z; MELO, E. S. **Diagnóstico utilizando análise de redes sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Gestão do Conhecimento

e Inteligência Empresarial) - COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://portal.crie.coppe.ufrj.br/portal/data/documents/storedDocuments/%7B93787CAE-E94C-45C7-992B-9403F6F40836%7D/%7BE5F077FE-704C-44EA-9B70-30BC4665277F%7D/RJ11_Projeto01.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2006.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360 – 1380. 1973.

HAESBAERT, R. C. da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HANNEMAN, R. A. Introducción a los Métodos del Análisis de Redes. In: HANNEMAN, R. A. **Introducción a los Métodos del Análisis de Redes Sociales**. 2002. Disponível em: <http://www.unap.cl/p4_unap/docs/curso_sociologia/Hannemann_cap5.pdf>. Acesso: 20 abri. 2009.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS – PPGDR, 2008.

LEMIEUX, V.; OUIMET, M. **Análise estrutural das redes sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MARCON, C.; MOINET, N. **Estratégia-Rede: ensaio de estratégia**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MOLINA, J. L. **El Análisis de Redes Sociales**. Una Introducción. Barcelona: Bellaterra, 2001.

NÚÑEZ - ESPINOZA, Juan Felipe. **Acercamiento a una Red social de comunicación para el desarrollo rural: Red Nacional de Desarrollo Rural Sustentable (RENDRUS)**. 2008. Tese (Doutorado) - Terrassa, Barcelona, 2008.

PASSADOR, J. L. et al. **Capital social e desenvolvimento rural sustentável: uma abordagem sistêmica da verticalização da agricultura familiar**. XII SIMPEP – Bauru, 2005.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Curso Análise de Redes Sociais ARS, ago./out. 2005. Disponível em: <<http://www.campus-arschile.cl>>. Acesso em: 20 abri. 2010.

RECUERO, R. da C. **Redes Sociais no Ciberespaço**: Uma proposta de Estudo. 2005. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, UERJ, 5 a 9 set. 2005. Disponível em: <
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0096-1.pdf> >. Acesso em: 22 abri. 2010.

RICCI, R. Os desafios dos movimentos sociais hoje. Novoeste Online, ed. 325, 19 abr. 2010. Entrevista concedida a IHU On-Line. Disponível em: <
http://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7149:Barreiras&catid=45:na-midia&Itemid=73>. Acesso em: 22 abri. 2010.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecológica de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56-63, jan./abr. 2011.

SABOURIN, E. A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 2, jan./jul. 2012.

SANTOS, L. C. R. Projeto n. 520847/01-6 - **Certificação participativa em rede**: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no Sul do Brasil – Relatório Técnico Final. 2005.

SANTOS, F. R. **Redes sociales y cuestionarios**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1996.

SCHERER-WARREN, I. **Redes emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012.

SCOTT, J. Social network analysis and intercorporate relations. 1988. In: MINELLA, A. C. **Introdução à análise de rede social e rede transcorporativa a partir de John**. Texto para uso exclusivo como subsídio didático – Julho de 1999.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

UGARTE, D. de. **O poder das redes**: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VIEIRA, L. **Os Argonautas da Cidadania**. A Sociedade Civil na Globalização. São R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.10, n.2, p. 181-213, Jul./Dez. 2013

Paulo: Record, 2001.

VIEIRA, P. F. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação – de Estocolmo a Joanesburgo. In: SACHS, I. **Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

WILSON-GRAU, R. O desafio da complexidade na avaliação das redes. In: MARTINHO, C. et al. **Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade**. Barueri: Instituto C&A, 2011.

ZOLDAN, P. C.; MIOR, L. C. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012.

Dossiê:

Recebido em: Setembro de 2013

Aceito em: Outubro de 2013